

CADERNOS DE FORMAÇÃO

Volume 3

História do Partido dos Trabalhadores – PT

Setembro de 2015

Página  13

Cadernos de formação

Volume 3

História do Partidos dos Trabalhadores – PT

1ª edição: setembro de 2015

Diagramação

Sandra Luiz Alves

ISBN

Este texto pode ser copiado livremente, desde que citada a fonte.

Índice

| | |
|--------------------|---|
| Apresentação | 5 |
|--------------------|---|

Capítulo I

| | |
|--|----|
| Surgimento dos partidos na história | 8 |
| Caráter de classe dos partidos operários | 13 |
| Características da construção do PCB | 16 |
| Características da construção de outros partidos de esquerda | 22 |
| Características da construção do PT | 24 |
| Noções de partido e de estratégia do PT | 27 |
| Noções de estratégia: programa | 33 |
| Noções de estratégia: formas de luta e de organização | 40 |
| Noções de estratégia: formas de organização e atuação no Estado | 44 |
| Noções de estratégia: as táticas | 49 |
| Possível necessidade de uma retirada estratégica | 55 |

Capítulo II

| | |
|--------------------|----|
| Bibliografia | 61 |
|--------------------|----|

Apresentação

Neste Livro 3 trataremos em particular da História do Partido dos Trabalhadores - PT, como parte da trajetória do socialismo no Brasil. Esse partido surgiu no contexto do declínio da ditadura militar e de seu “milagre econômico”. Esse declínio trouxe à tona a profunda derrota e fragmentação dos partidos comunistas e socialistas diante da repressão policial-militar movida contra eles. Declínio acompanhado do incremento das contradições entre as principais correntes militares, com o aumento significativo e conflitante das ações terroristas dos setores militares “duros” e, em sentido oposto, das lutas pela democratização do Brasil. Lutas que ganharam vulto com a emergência das lutas econômicas e sociais de uma nova classe operária, concentrada principalmente no ABC paulista.

A classe operária que se levantou em luta, a partir de 1978, foi formada no processo de industrialização subordinada levado avante pela ditadura militar a partir de 1964. Sua origem se encontrava nas grandes massas camponesas expulsas dos campos pela modernização capitalista dos latifúndios para atender à demanda de forças de trabalho das obras de infraestrutura industrial e das novas indústrias instaladas no Brasil.

Seu aprendizado como nova classe social, assalariada, teve início com a crescente resistência ao arrocho salarial e às condições de trabalho impostas pela burguesia, que contava com a complacência e o apoio do sistema ditatorial. E suas formas de luta e de organização preliminares restringiram-se às demandas pela formação de comissões de prevenção contra acidentes de trabalho e às “operações tartaruga” relacionadas com uma diversidade de reivindicações. Numa épo-

ca em que os sindicatos eram vigiados pelas forças policiais, muitos deles sendo dirigidos por pelegos, esses instrumentos de organização permaneciam tolhidos, funcionando mais como entidades de assistência social do que como ferramentas de luta dos trabalhadores.

Essa situação começou a mudar quando a reivindicação de “reposição salarial”, sustentada por uma série de novos dirigentes sindicais, unificou todas as demais demandas dos trabalhadores e se tornou o gatilho das grandes greves que tiveram início com as “máquinas paradas” da Volvo, em 1978. E, num processo histórico idêntico ao da nascente classe operária francesa, em 1832, e à geração operária dos anos 1910, no Brasil, a nova classe operária dos anos 1960 e 1970 demonstrou sua independência de classe, fundando seu próprio partido político, o PT, no processo de luta pelo fim da ditadura e pela democratização do país.

Para entender melhor o papel desse partido em sua curta história de pouco mais de 30 anos, relembremos as condições em que os partidos surgiram na história, tanto amorfos quanto de forma estruturada, como uma necessidade da burguesia em sua luta anticolonial ou antifeudal. A classe trabalhadora assalariada deve à burguesia não só seu nascimento e crescimento como classe à parte, desprovida da propriedade de meios de produção, mas também o aprendizado de se organizar em partidos para a conquista do poder político.

Relembremos, também como aprendizado da burguesia, que os partidos de trabalhadores precisam ter um caráter de classe operário, seja porque precisam se opor ao caráter de classe dos partidos burgueses, seja porque nem todos os trabalhadores são assalariados, operários, proletários. Sem um firme caráter de classe, os partidos operários podem resvalar para o campo da pequena-burguesia, cujo sonho consiste em se tornar burguesia, e abdicar da luta pela conquista do poder.

A seguir, traçamos um breve histórico da construção do PCB e de outros partidos que tentaram representar os interesses da classe trabalhadora assalariada. Eles chegaram a ter uma forte influência

(hegemonia) sobre os trabalhadores e as correntes de esquerda do Brasil. Sucumbiram, porém, diante dos novos desafios da luta de classes da segunda metade do século XX no Brasil, especialmente daqueles relacionados com a implantação da ditadura militar entre 1964 e 1985.

A partir daí tratamos das características da construção do PT, incluindo o papel dos sindicalistas e de outros militantes, socialistas ou não, que influíram nas concepções iniciais sobre os padrões, sobre a construção do socialismo como democracia, e outras concepções prevaletentes nos primeiros anos de vida do partido. Tratamos também das noções a respeito do papel do PT como partido político e das dificuldades encontradas para traçar uma estratégia mais clara a respeito do socialismo proclamado como lema. E discutimos as noções estratégicas relacionadas com as formas de luta e de organização, com as formas de organização que dizem respeito à atuação do Estado, e com as táticas, com as quais o PT tem se confrontado, nem sempre com sucesso.

Finalmente, diante da presente crise econômica com que se debate o governo Dilma, formalmente dirigido pelo PT, e com os problemas que enredaram o partido em casos de corrupção, e o levaram a um profundo desgaste diante das camadas intermediárias e populares da população, introduzimos o debate sobre a possível necessidade de uma retirada estratégica a ser empreendida pelo PT. Isto, com vistas a reestruturá-lo, torná-lo capaz de enfrentar a presente ofensiva conservadora e reacionária dos setores financeiro e monopolista da burguesia, e evitar que sofra o mesmo destino dos partidos de representação trabalhadora que o precederam na história do Brasil.

Capítulo I

Surgimento dos partidos na história

Os partidos políticos surgiram, inicialmente, tanto na revolução de independência dos Estados Unidos (1776) quanto na revolução burguesa na França (1779), como uma necessidade das nascentes burguesias dessas nações, à medida que desenvolveram seu poder econômico. Na primeira, para lutar contra o colonizador britânico e conquistar o espaço territorial, social e político indispensável a seu desenvolvimento econômico. Na segunda, para lutar contra o feudalismo, revolucionar as relações sociais e conquistar o poder político que seu poder econômico já permitia.

O caráter de classe burguês dos primitivos partidos políticos foi particularmente notado por Rousseau, ao entender que essas associações partidárias não podiam representar os interesses de todo o povo, mas apenas de uma parte dele. No caso francês, o que entrava em contradição com as promessas revolucionárias burguesas de liberdade, igualdade e fraternidade. Contradição que se acentuou à medida que, revolucionada a base produtiva da sociedade francesa, a burguesia se transformava de uma classe revolucionária numa classe conservadora.

E foi contra esse estreitamento das promessas democráticas burguesas que a classe operária teve que seguir o mesmo caminho revolucionário das burguesias na luta contra o feudalismo, exigindo o direito universal do voto e de constituição de seu próprio partido. Foi essa luta que levou a burguesia inglesa a promulgar, em 1832, seu *Reform Act*, através do qual ficou assegurado o direito de voto a todos os cidadãos e o direito de formação dos partidos políticos. Na França, o proletariado teve que realizar revoluções em 1832, 1834 e 1848, para que a burguesia conquistasse definitivamente o poder,

mas restringisse a democracia a seus próprios interesses de classe, opondo obstáculos à constituição de partidos operários.

De qualquer modo, a constituição de partidos políticos de trabalhadores só se materializou à medida que os proletários aumentavam seu número e obrigavam a burguesia a avançar no processo de ampliação da democracia que prometia como sistema ideal. Num primeiro momento, a burguesia teve que ceder o direito político do voto universal, criando a democracia representativa, na qual os partidos, inclusive os partidos operários, podiam eleger seus representantes ao parlamento ou a cargos executivos.

No entanto, até hoje, em grande parte do mundo capitalista, permanece a dicotomia entre a democracia representativa e a democracia participativa, na qual os trabalhadores e as camadas populares podem influir na escolha de todos os membros do Estado e podem controlar sua atuação. Tudo indica que os trabalhadores, e seus partidos, ainda terão um longo caminho até conseguirem superar tal dicotomia da democracia burguesa.

Por outro lado, a revolução burguesa, que criou os partidos, também ensinou que os partidos destinam-se a ser instrumentos de conquista e de manutenção do poder político. Este, constituído principalmente pelos aparatos do Estado (governos, parlamentos, judiciários, forças armadas, relações exteriores, bancos centrais etc.), é fundamental para garantir que o poder econômico e os interesses básicos da burguesia sejam conservados.

Isto é, que ao capital seja ofertada uma força de trabalho abundante, barata, domesticada, oprimida, da qual possa arrancar o maior lucro possível; que desenvolva ações que evitem a concorrência de descambar numa luta fratricida entre os próprios capitalistas; que adote medidas que permitam arrancar lucros extras de povos menos desenvolvidos; e que aplique políticas macroeconômicas (juros, câmbio, tributos) que propiciem a lucratividade ou rentabilidade máxima do capital.

A essas funções do Estado burguês em seus primeiros tempos adicionaram-se, à medida que a burguesia se transformou de revo-

lucionária em conservadora, a repressão brutal às lutas de seus operários, e uma interferência mais incisiva na economia, durante as crises cíclicas do capital, para salvar a burguesia e seu poder econômico de sua própria ambição desmedida.

Além disso, a burguesia teve que se haver com os desdobramentos da inerente competição, ou concorrência, econômica que empurra seu capitalismo para um constante revolucionamento de suas forças produtivas. Competição que levou à existência de diferentes frações burguesas (industrial, comercial, financeira, e de serviços), cada uma delas compreendendo diferentes ramos. Do ponto de vista político, isso conduziu à formação de diferentes partidos burgueses, como expressão dos interesses setoriais de suas frações, que muitas vezes se revezam no domínio do Estado. Os partidos Republicano e Democrata, nos Estados Unidos, são a expressão mais significativa dessa situação, revezando-se no domínio do poder político daquele país por mais de 200 anos.

É evidente que a burguesia não se restringe à conquista e domínio mecânico do poder de Estado através de partidos políticos. Para deter o poder sobre o conjunto da sociedade ela se vale, ainda, de mecanismos que lhe permitam conquistar a hegemonia, isto é, o consentimento ideológico da maior parte dos dominados ao domínio econômico e político que exerce. A mídia, a indústria cultural, as escolas, as igrejas, por exemplo, são mecanismos de difusão ideológica e política para a manutenção da hegemonia e do domínio econômico e do Estado.

Os trabalhadores, embora tenham aprendido logo a importância dos partidos para a conquista do poder de Estado, nem sempre aprenderam com rapidez a necessidade de possuírem outros mecanismos idênticos aos da burguesia para a disputa e conquista da hegemonia ideológica e política. A história do PT, no Brasil, por exemplo, é emblemática dessa falta, como veremos adiante.

De qualquer modo, a necessidade de um partido para conquistar o poder tornou-se relativamente consensual entre os trabalhadores esclarecidos. Como se tornou relativamente consensual que

um partido de trabalhadores devesse defender os interesses dessa classe e organizar a sociedade de acordo com tais interesses. O que o contrapunha aos partidos que representavam os interesses da burguesia e de outras classes existentes, ou o obrigaram a associar-se a alguns deles para derrotar os principais opositores.

Na história dos partidos de base operária é possível encontrar inúmeros exemplos dessa situação. Os cartistas, que estão na origem do Partido Trabalhista inglês, tinham que associar-se aos partidos representativos da pequena-burguesia para derrotar o Partido Conservador. O Partido Operário Socialdemocrata Russo, que era um conglomerado de correntes socialistas e comunistas, aliava-se ao partido dos populistas, representante dos camponeses, e ao partido dos socialistas revolucionários, representante da pequena burguesia, e às vezes ao partido cadete, representante da burguesia.

Isso se explica pela complexidade econômica, social e política de cada sociedade, tornando a elaboração da estratégia de luta e de organização, assim como a adoção de táticas referentes a cada situação conjuntural, questões-chaves para o desenvolvimento de um partido de trabalhadores. Por um lado, na estratégia, precisa definir o inimigo ou inimigos principais, os aliados fundamentais, os aliados eventuais, e as formas principais e secundárias de luta para conquistar o poder.

Mesmo que, no longo prazo, a estratégia seja alcançar o socialismo, os partidos operários, socialistas se viram, em vários momentos da sua história, obrigados a adotar estratégias intermediárias, tendo em conta mudanças profundas na situação. Um caso clássico pode ser encontrado na decisão de uma parte do Partido Operário Socialdemocrata Russo, em abril de 1917 (ver Teses de Abril, de Lenin), de criar o Partido Comunista Russo e estabelecer a estratégia de “todo poder aos soviets”. Outro caso clássico foi a decisão do PC Chinês, em 1935, de transformar a retirada estratégica, diante da derrota frente à quinta campanha de aniquilamento do Guomindang, numa ofensiva estratégica para tornar o Exército Vermelho da linha de frente contra a inevitável invasão japonesa do território chinês e forçar a aliança nacional com o Guomindang para esse enfrentamento.

Por outro lado, em suas táticas, os partidos precisam levar em conta a situação em cada momento, ou a conjuntura, que se expressa principalmente na correlação de forças, ampliando ou restringindo o arco de alianças, adaptando as formas de luta e de organização, tendo em vista apenas o objetivo de desgastar o inimigo e acumular forças. Há inúmeros exemplos históricos a respeito, merecendo ser estudadas: as táticas de luta das guerrilhas vietnamitas contra a agressão dos Estados Unidos; a tática de frente única do PCB, entre 1943 e 1945, contra o fascismo; a tática de legalização do PT em 1979-1980.

Caráter de classe dos partidos operários

É verdade que os partidos operários, de trabalhadores, socialistas e comunistas, devem sua existência à burguesia. Esta, como vimos, ao desenvolver-se economicamente, teve que criar uma classe de trabalhadores assalariados. Foi através deles que colocou seus meios de produção para funcionar e fabricar mercadorias, ou valores que contivessem, ao mesmo tempo, utilidade e valor de troca, e lhe proporcionassem a condição para reproduzir seu capital, de forma ampliada, no próprio processo produtivo.

Ao mesmo tempo, também como vimos, ao precisar da participação dos trabalhadores em sua luta contra os feudais, a burguesia ensinou a seus trabalhadores e a outras categorias de trabalhadores a necessidade da organização e da constituição dos partidos políticos para a conquista do poder político. Nos primeiros tempos, sob o lema geral de liberdade, igualdade e fraternidade, os trabalhadores participaram do partido da burguesia como se fosse seu próprio partido. Logo, porém, deram-se conta, de que seus interesses eram distintos e, na maior parte dos casos, antagônicos. Descobriram-se, então, como classe.

Mas descobriram, também, que nem todos os trabalhadores são assalariados. Os camponeses, mesmo quando não têm a propriedade da terra, também são trabalhadores, mas não são assalariados. São proprietários de outros meios de produção. Também são trabalhadores os pequenos proprietários urbanos que trabalham sozinhos ou com o auxílio da força de trabalho familiar. Portanto, há uma classe trabalhadora assalariada e classes ou setores de classes trabalhadoras não assalariadas, proprietárias de meios de produção.

Assim, por um lado, essas classes trabalhadoras se diferenciam por estarem submetidas a relações de produção diferentes. Por outro lado, elas têm em comum o fato de estarem submetidas, ou ameaçadas, pela burguesia. No caso dos trabalhadores assalariados (classe operária ou proletariado), submetidos a uma situação em que são os reais produtores, mas não podem apropriar-se do que produzem. Além disso, em virtude do revolucionamento constante dos meios de produção, em particular quando as ciências se tornam ciências de resultados ou meios de produção, como já acontece com a química e com a eletrônica, e a produtividade alcança um nível elevado, cresce a tendência ao descarte da força de trabalho e a incorporação de assalariados na parcela sem emprego, o chamado exército industrial de reserva.

No caso dos trabalhadores proprietários de meios de produção, submetidos às leis objetivas concorrenciais ou competitivas do capitalismo, ameaçados de serem expropriados de seus meios de produção e transformados em trabalhadores assalariados e fazerem parte da roda viva de exploração, opressão e morte do trabalho por parte do capitalismo.

Essas classes trabalhadoras constituem a maioria da sociedade, mas suas diferenças fazem com que tenham visões diferentes sobre o processo de funcionamento do capital e da própria divisão social de classe. É nessas condições que ganha destaque a questão da consciência de classe e do caráter de classe do partido de trabalhadores. Parcelas consideráveis das classes trabalhadoras proprietárias, sob a influência de seus próprios interesses de ascensão e, também, das promessas da burguesia, tendem a defender o desenvolvimento do capitalismo como o terreno para a melhoria de suas condições de vida. Ou seja, tendem a defender a “humanização” do capitalismo, embora estejam constantemente ameaçadas de expropriação econômica pelo constante processo de concentração e centralização do capital.

Os trabalhadores assalariados, por seu lado, só podem ter perspectiva de libertação e de civilização se puderem apropriar-se socialmente dos resultados de seu trabalho e se puderem criar uma so-

cidade em que a divisão de classes deixe de existir. Ou seja, uma sociedade em que não só deixem de existir a burguesia e a pequena-burguesia, mas também o próprio proletariado, a classe dos trabalhadores assalariados.

Essa consciência da natureza contraditória da classe proletária (cooperação com o capitalismo para desenvolver as forças produtivas que permitam à humanidade libertar-se do trabalho obrigatório, e conflito com esse mesmo capitalismo para superar a apropriação privada pela apropriação social dos bens e garantir a todos o atendimento de suas necessidades) não é obtida espontaneamente. Ela depende de uma abordagem científica do processo de desenvolvimento histórico do capitalismo e de sua tendência de criar um absurdo civilizacional, no qual uma pequena minoria detém a propriedade dos meios de produção e da produção, enquanto os demais se vêm privados não só dessa propriedade, mas também do acesso aos bens de vida.

É essa consciência do desenvolvimento histórico do capitalismo e da classe dos trabalhadores assalariados que deve nortear os partidos operários. Em outras palavras, se o caráter de classe proletária desses partidos não for solidamente apreendido por seus membros, eles tendem a perder-se na complexidade das situações nacionais. Nestas, dependendo do grau de desenvolvimento capitalista, os diferentes tipos de trabalhadores, assalariados e não-assalariados, disputam, na maioria das vezes inconscientemente, os rumos partidários.

Características da construção do PCB

Os trabalhadores e trabalhadoras sempre foram ampla maioria na sociedade brasileira. Durante vários séculos, os escravos dos eitos de plantações agrícolas, das minas, do comércio e das casas grandes, constituíram a esmagadora maioria dos trabalhadores e trabalhadoras.

Os operários especializados dos engenhos, os vaqueiros e peões das fazendas de gado, os contadores e outros empregados especializados das casas comerciais, os maquinistas das locomotivas a vapor, e outros tipos de trabalhadores livres que recebiam soldos, ou pagavam parte da produção aos proprietários, constituíam uma minoria dispersa. E, a rigor, jamais chegaram a constituir partidos políticos, embora as classes dominantes já houvessem organizado os seus (Conservador e Liberal).

Apesar disso, na primeira metade do século 19, o Brasil foi abalado por diversas rebeliões em se que mesclaram trabalhadores escravos e trabalhadores livres, assim como proprietários comerciais e fundiários. Todos, na prática, organizaram-se espontaneamente em “partidos” próprios expressando interesses diferentes numa luta comum. Por exemplo, na Confederação do Equador havia um “partido da independência e da reforma agrária”; na Balaiada, havia o “partido contra os impostos”; na Cabanagem existiu o “partido dos Vinagres pela liberdade”; e, na Praieira, o “partido da república”.

Na segunda metade do século 19, os “partidos abolicionistas”, embora estruturalmente pouco organizados, desempenharam papel importante na luta para superar o escravismo, enquanto o exército recém-organizado transformou-se num ninho de “partidos” de diferentes interesses, às vezes conflitantes. Alguns desses “partidos mili-

tares”, em especial no primeiro quarto do século 20, sob a influência das teorias positivistas, desempenharam papel importante no fim do escravismo, na proclamação da república, no impedimento da reforma agrária que distribuisse terra entre os escravos libertos, no esmagamento das revoltas camponesas, e nas revoltas “tenentistas”.

Isso tudo num quadro de mudanças importantes na divisão social de classes no país. A maior parte da classe trabalhadora passou a ser constituída pelo campesinato sem-terra, enquanto crescia paulatinamente uma classe trabalhadora assalariada nas indústrias substitutivas das importações, surgidas na segunda década do século 20. A essa altura, as ideias do socialismo utópico já estavam presentes na sociedade brasileira, influenciando parcela significativa da intelectualidade, tanto nas tentativas de fundação de partidos socialistas, quanto na aversão anarquista a qualquer organização partidária.

Este é o período em que os fazendeiros ricos (latifundiários) ainda mantinham o poder econômico, inclusive com condições de investir na indústria, com isso detendo o poder político através dos latifundiários do café (São Paulo) e da pecuária (Minas Gerais). Constituíam-se como classe dominante oligárquica, vivendo da exploração do trabalho semi-servil do campesinato. Subordinada a essa classe rural, a nascente burguesia, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, vivia da exploração do trabalho assalariado, ao mesmo tempo em que se esforçava para conquistar autonomia, através da aliança com capitais estrangeiros.

O proletariado, surgido paralelamente ao desenvolvimento da burguesia, ainda era uma fração diminuta dos trabalhadores, mas se encontrava relativamente concentrada nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, principalmente nas fábricas de fiação e tecelagem. Essa concentração, como demonstraram as greves do final dos anos 1910, lhe permitia certo poder de organização e de luta.

Entre essa classe trabalhadora assalariada urbana e as classes dominantes, latifundiária e burguesa, havia se constituído uma ampla massa de trabalhadores rurais e urbanos proprietários de

pequenos meios de produção, constituindo aquilo que se conceituou como “remediados” e, mais tarde, como pequena-burguesia. Dela faziam parte os camponeses sem-terra e/ou com pouca terra, trabalhando como agregados em terras de latifundiários aos quais pagavam a renda fundiária aos proprietários, ou trabalhando em pequenas áreas (minifúndios) de terra própria, legalizadas ou de posse. Da pequena-burguesia urbana fazia parte uma série de categorias comerciais e de serviços, que viviam de seu próprio trabalho.

Dois fatos históricos, um nacional e outro internacional, influenciaram fortemente sobre a evolução política brasileira e sobre a constituição do primeiro partido nomeadamente representativo da classe operária no Brasil. Nacionalmente, os brasileiros tomaram contato com as primeiras greves operárias de sua história, entre 1917 e 1920, dirigidas pelos anarquistas. Internacionalmente, os brasileiros tomaram conhecimento de que, no final de 1917, ocorrera uma revolução operária na Rússia, dirigida pelos “maximalistas”, “bolchevistas”, “comunistas”, ou outras denominações que informações desencontradas produziam.

Foi nesse contexto que a incapacidade dos anarquistas dirigirem as greves operárias, associada a uma difusão de obras de alguns marxistas russos, produziu uma cisão entre os anarquistas. Alguns deles aderiram ao marxismo da variante russa e os levou a fundar o Partido Comunista do Brasil - PCB, em 1922, como partido de representação da classe operária no Brasil. Apesar disso, a aceitação desse partido pela Internacional Comunista que se formara em substituição à falida Internacional Socialista, foi demorada, em virtude da influência anarquista sobre seu programa político e ideológico.

Paralelamente a essa tentativa de organização de um partido operário, ocorreu no Brasil um forte movimento oriundo da pequena-burguesia, de viés positivista, que havia aumentado sua participação no exército. As revoltas “tenentistas”, que tiveram um ápice na Coluna Prestes, desdobraram-se depois em duas vertentes com a mesma base filosófica positivista: uma, tendo Luiz Carlos Prestes à frente, que aderiu ao PCB; e outra, que aderiu à “revolução libe-

ral” de 1930, dirigida pelos setores latifundiários gaúchos que, ao contrário dos cafeicultores paulistas, consideravam necessário tratar as demandas operárias como questão social, e não como questão policial.

De qualquer modo, a influência positivista do grande contingente militar que ingressou no primeiro partido operário brasileiro contribuiu para que as obras marxistas fossem lidas sem espírito crítico e fora do contexto histórico em que foram criadas. O marxismo, nessas condições, ao invés de ser tomado como uma escola de pensamento aberto, e um instrumento de análise concreta de situações concretas, que devia se desenvolver em conexão com a história da natureza e da sociedade, passou a ser tratado como doutrina fechada, capaz de fornecer normas aplicáveis a quaisquer circunstâncias.

Também por isto, a maioria dos marxistas brasileiros não conseguiu formular uma estratégia que emprestasse à nascente classe operária brasileira um papel independente. A leitura enviesada da realidade brasileira, com um desenvolvimento capitalista associado e subordinado tanto ao latifúndio quanto ao capital estrangeiro, fez com que prevalecesse no PCB uma política que subordinava os interesses dos trabalhadores à burguesia ou à pequena burguesia, às vezes matizada por desvios desconexos, seja pela direita, seja pela esquerda.

Por exemplo, em 1930, o partido se negou a unir-se à Aliança Liberal contra o monopólio do poder pelos latifundiários do café e da pecuária. Desprezou o fato de que havia se criado uma situação revolucionária e de que a participação nessa “revolução” poderia ter permitido acumular forças, inclusive armadas, e apresentar o partido como uma alternativa de poder. Depois, em 1935, supôs na existência de uma situação revolucionária num contexto em que o governo Vargas derrotara a contrarrevolução “constitucionalista” dos latifundiários do café e estava paulatinamente consolidando um poder de viés industrialista. Ao invés de reforçar o papel nacionalista, democratizante e antifascista da Aliança Libertação Nacional, a direção do PCB enveredou por uma conspiração e preparativos de levantes de unidades militares.

A derrota dos levantes se deveu não só a infiltrações de serviços de inteligência, mas também e principalmente ao fato de que não existia uma situação social e política que lhes desse embasamento. De qualquer modo, essa tentativa extemporânea serviu de pretexto para o golpe de Estado de tendência fascista, de 1937, e para a instauração de um processo repressivo em larga escala contra os comunistas e socialistas, que praticamente desbaratou a direção do PCB e sua articulação nacional. Por outro lado, a ditadura varguista deu uma atenção especial para conquistar os trabalhadores assalariados para sua política de “paz social”, estabelecendo direitos trabalhistas e mantendo os sindicatos sob seu controle.

Embora o partido tenha conseguido recompor-se a partir de 1941-42, com a formação de uma comissão nacional de organização provisória – cnop, que realizou a conferência da Mantiqueira e estabeleceu a tática de frente ampla contra o nazifascismo, que permitiu ao PCB transformar-se numa referência nacional e dar uma contribuição decisiva para a primavera democrática de 1945 a 1947, isso não chegou a significar uma virada na compreensão do marxismo como principal instrumento de análise da realidade.

Nesse período, o PCB tornou-se um verdadeiro partido de massa, com mais de 200 mil militantes, mas a ausência de um debate aberto com o positivismo não permitiu que os quadros dirigentes e intermediários percebessem as diferenças entre esse sistema de ideias e o marxismo. Nos textos da época é possível detectar a simbiose esdrúxula entre as duas filosofias e os dois instrumentos de análise. O que resultou em políticas que pouco tinham a ver com a realidade do país, apesar do surto de industrialização dos anos 1950 haver promovido um fortalecimento da classe operária e de suas lutas e imposto à sociedade um amplo debate político e ideológico.

Momentaneamente criou-se no Brasil um cenário propício ao fortalecimento de uma corrente marxista capaz de analisar a sociedade e apontar estratégias e táticas próprias para a luta pelo socialismo. No entanto, no ambiente encrespado pela radicalização político-social e pela interferência imperialista, este debate programá-

tico e estratégico acabou suplantado pela falsa disjuntiva sobre o caminho pacífico ou armado da revolução.

O que se seguiu, especialmente a partir de 1962, foi um processo de perda de hegemonia do PCB sobre a esquerda brasileira, processo que se transformou em rápida fragmentação ideológica, política e partidária após o sucesso do golpe militar de 1964.

Características da construção de outros partidos de esquerda

A maior parte dos partidos políticos de esquerda, surgidos nos 1960, resultou da desagregação do PCB. E todos eles, sem exceção, acabaram por cair na dicotomia resistência armada versus resistência pacífica, como se esses dois aspectos fossem conflitantes. Entre eles também predominaram várias suposições que se mostraram incorretas.

Supunham que o imperialismo tendia à estagnação e seria incapaz de promover o desenvolvimento capitalista do país. Acreditaram que o país vivia uma situação revolucionária, estando maduras as condições objetivas para o desencadeamento da luta armada. Nessas condições, o problema consistia no atraso das condições subjetivas. Portanto, a organização partidária que partisse na frente e demonstrasse possuir as melhores disposições subjetivas teria condições de congregar as demais e dirigir o processo revolucionário. A luta armada, portanto, não seria uma luta de resistência, mas uma luta marcada pela ofensiva contra um inimigo cujas ações demonstravam fraqueza, não força.

Excetuando o PCdoB, que por razões muito especiais adotou formalmente uma tática que propugnava por uma assembleia constituinte, anistia política e outras ações amplas, consideradas “de direita” por todas as demais organizações partidárias da época e por parte considerável de seus próprios dirigentes, todos os demais desconsideravam a necessidade de táticas políticas.

Do ponto de vista organizativo, a visão militar predominou em todos os partidos envolvidos na luta armada, praticamente inexistindo organizações de base que atuassem politicamente no seio

da classe trabalhadora e demais camadas populares. A ideia motriz de que a revolução só pode ser obra de milhões de pessoas que não pretendem mais viver como até então passou ao largo do pensamento de todas as organizações partidárias envolvidas na luta armada entre os anos 1964 e 1976.

No final das contas, os marxistas atuantes tanto no PCB quanto nos partidos que resultaram de sua fragmentação e falência, não conseguiram produzir as ideias e a prática necessárias para enfrentar com sucesso nem o golpe militar, nem a ditadura feroz que se seguiu a ele e ceifou a vida de várias gerações da esquerda brasileira. Para piorar, quando, no final dos anos 1970, a ditadura militar entrou em declínio e organizou sua retirada estratégica, o marxismo também entrara em crise por supostamente não conseguir resolver os problemas econômicos e sociais do socialismo nos países em que sua construção vinha sendo tentada.

Nessas condições, embora várias correntes marxistas tenham participado ativamente nas lutas que levaram ao final da ditadura militar, incluindo as grandes greves e manifestações operárias a partir de 1980, o marxismo como instrumento de análise concreta de realidades concretas teve pequena influência na fundação e construção do novo partido que emergiu das lutas operárias desse período, o Partido dos Trabalhadores - PT.

Características da construção do PT

O Partido dos Trabalhadores – PT surgiu como um partido de oposição aos patrões. Sua constituição inicial tinha por base os sindicalistas que haviam dirigido as lutas pela reposição salarial e pela democracia. A eles se agregaram participantes de comunidades de base, ex-militantes das lutas armadas contra a ditadura, assim como intelectuais democratas e socialistas. Mas reiterava ser, acima de tudo, um partido “de trabalhadores”.

Além disso, proclamou seu objetivo socialista, a ser construído de baixo para cima, na prática do dia a dia, de forma democrática. E tinha aversão a alianças com representantes da burguesia, embora tenha embarcado corretamente no movimento das “eleições diretas já” para dar fim à ditadura, movimento que incluía representantes de praticamente todas as classes sociais existentes no país. Por outro lado, como permaneciam outros partidos proclamando-se representantes legítimos dos trabalhadores, o PT fez questão de apresentar-se como algo “totalmente novo”, sem os defeitos cometidos pelos demais.

No entanto, o PT jamais se debruçou sobre a experiência histórica concreta para realizar uma análise mais serena dos defeitos reais dos “demais” e das condições que podiam classificar o partido como “novo”. Já vimos atrás que, apesar da aversão às alianças com setores burgueses, o PT aliou-se a tais setores nas “Diretas Já”. Logo depois, também sem uma análise consistente das vantagens e desvantagens de tais filiações, o PT começou a admitir que pequenos empresários ou proprietários se filiassem ao partido. E, num processo paulatino, mas consistente, foi substituindo as contribuições

e campanhas financeiras de massa por contribuições empresariais, especialmente para suas campanhas eleitorais.

A tese de que o PT, como partido, tem como objetivo programático, estratégico, defender os interesses da ampla maioria, que é de trabalhadores assalariados, também foi sofrendo mudanças no tempo, à medida que se institucionalizava e ampliava sua participação parlamentar e em governos, pouco a pouco passando a ter como objetivo estratégico defender a “todo o povo”, conceito genérico que inclui todas as classes sociais do país, tanto as dominadas quanto as dominantes.

Do ponto de vista organizativo, por outro lado, quanto mais o PT se institucionalizava em parcelas do poder, mais o PT deixava de lado seus núcleos de base. Por um lado, os substituiu por instâncias jamais formalizadas, chamadas “mandatos”, representando parlamentares municipais, estaduais e nacionais e, por outro, por militantes dispersos que haviam se tornado funcionários de governos dirigidos pelo partido. As consequências mais nefastas desse processo de “liquefação orgânica” foram a perda dos elos desses militantes e dirigentes com o movimento cotidiano da base social que o PT deveria representar e uma espécie de “feudalização parlamentar” do partido, no qual passaram a ter voz e voto fundamentalmente as “personalidades” e/ou seus “mandatários”.

Esse processo sempre esteve relacionado, em grande parte, à resistência política contrária a um trabalho intenso e profundo de formação ideológica e política da militância e da direção do partido. Por um lado, grande parte dos dirigentes já se considerava “formada”, não necessitando reciclagem. Por outro, grande parte desses dirigentes considerava que o trabalho de formação poderia criar embaraços à predominância de seus pontos de vista. Um exemplo dessas atitudes pode ser encontrada nas opiniões contrárias à organização de coletivos das diversas secretarias e na participação de militantes de diferentes correntes do partido nesses coletivos, em especial na secretaria de formação política.

A tudo isso se acrescentou uma ignorância generalizada sobre a necessidade e o papel dos quadros qualificados num partido de

massa. Havia certo orgulho infantil em proclamar que o PT “não era um partido de quadros”, mas sim “um partido de massa”, como se tais aspectos fossem antagônicos. Pior, com isso desprezava-se o fato de que, por ser uma organização que luta pela conquista do poder, como ensinava Gramsci, deveria haver uma proporcionalidade matemática entre o número de quadros necessários para administrar o poder, o número de quadros para dirigir o partido, e o número de militantes necessários para manter uma indissolúvel ligação com as grandes massas dos trabalhadores e das camadas populares do povo.

Na prática, a velocidade das transformações da sociedade brasileira, entre 1980 e 2002, atropelou o PT e trouxe à tona suas deficiências, seus erros e seus desvios ideológicos, programáticos e orgânicos com muito mais rapidez do que aos seus congêneres históricos no Brasil e em outros países. A vitória de Lula à presidência, em 2002, esvaziou o partido de quadros, embora não tenha preenchido tudo o que seria necessário no governo central. Paralelamente, ao não ter mantido um processo consistente de formação ideológica e política, e ter adotado um processo falsamente democrático de eleição das direções, o PT abriu suas portas para o ingresso de oportunistas de todos os tipos, agravando os defeitos que já carregava.

Em termos mais específicos, tais defeitos concentram-se nas noções de partido, de estratégia de luta e de organização, de táticas, ou programas, e formas de luta e de organização.

Noções de partido e de estratégia do PT

Muitos dirigentes e militantes do PT têm uma noção restrita de seu próprio partido. Consideram que, ao ser apenas uma parte do espectro político e representante de uma parte da sociedade, isso restringe seu âmbito de atuação. Para eles, o PT deveria abarcar ao conjunto de toda a sociedade, todo o povo.

Ao pensarem desse modo, esses dirigentes e militantes, porém, não se dão conta de que há uma divisão social profunda na sociedade e no povo, divisão que se manifesta na existência das classes sociais que constantemente conflitam entre si por possuírem interesses econômicos, sociais e políticos diferentes e, em geral, contrários entre si. Não foi por acaso, portanto, que os partidos surgiram durante as revoluções burguesas como “partes” políticas diferentes.

No caso dos partidos dos trabalhadores, operários, socialistas e comunistas, eles surgiram como expressão dos interesses dos trabalhadores assalariados, operários, proletários, para defender tais interesses e para organizar a luta pelo predomínio de tais interesses na sociedade. Tendo em vista essa natureza classista dos partidos dos trabalhadores, para concretizá-la eles têm que almejar a conquista do poder, do mesmo modo que os partidos burgueses fizeram para impor seus interesses contra os interesses dos feudais, por um lado, e dos trabalhadores, por outro.

Nesse sentido, ao invés de serem representantes de uma pequena parte da sociedade, como normalmente são os partidos da burguesia, os partidos dos trabalhadores têm a vantagem de serem representantes da maioria da sociedade. É evidente que isto é uma tese. Na prática, grande parte dos trabalhadores se encontra sob a influên-

cia da ideologia e da política burguesa e pequeno-burguesa, sem ter consciência de sua própria situação de classe. E, historicamente, vários partidos de trabalhadores também se renderam a tal influência e se transformaram de representantes da maioria da sociedade em representantes de apenas uma parcela pequena dela, negando sua natureza original. Isso ocorreu com o PCB e vários dos partidos que emergiram de sua fragmentação. E pode ocorrer com o PT.

Assim, uma questão chave para o PT consiste em considerar que o interesse mais profundo dos trabalhadores consiste em sua libertação dos grilhões do trabalho obrigatório para sobreviver. No passado, os trabalhadores escravos, em muitas regiões do mundo, tentaram libertar-se retornando ao comunismo primitivo anterior, mas a roda da história os empurrou para a servidão feudal. Os trabalhadores dessa servidão, livres para possuir meios de produção, mas pertencentes à terra que cultivavam, tentaram libertar-se, seja fugindo para os burgos comerciais, seja apoiando as lutas dos burgueses e assalariados contra os feudais. Libertaram-se da servidão feudal, mas mergulharam na obrigação de vender sua força de trabalho aos burgueses, capitalistas, donos dos meios de produção.

O capitalismo, porém, pela primeira vez na história da humanidade, ao mesmo tempo em que se desenvolve apropriando-se dos resultados do trabalho assalariado, revoluciona os meios de produção a crescentes níveis científicos e tecnológicos. E o faz de tal modo que tende a obter não só uma produção capaz de atender a todas as necessidades do conjunto da humanidade, mas também realizar essa produção por meio de máquinas automatizadas. Com isso, tende também a liberar ou descartar a maior parte, ou toda a força humana de trabalho.

Essa contradição intrínseca ao capitalismo (capacidade de atender a todas as necessidades sociais e, ao mesmo tempo, apropriação privada da produção) tem sido a base das crises cíclicas desse modo de produção e do crescente desemprego tecnológico. A propriedade privada dos meios de produção impede que a apropriação seja social e que a humanidade se liberte da necessidade de trabalhar obrigatoriamente para sobreviver.

Em outras palavras, a libertação dos trabalhadores assalariados depende da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Com isso, os trabalhadores criam as condições não só para extinguir-se como classe social, mas também para extinguir todas as classes. Estrategicamente, no mundo contemporâneo, um partido de trabalhadores como o PT tem como objetivo máximo alcançar uma sociedade altamente desenvolvida, onde não haja condições para sistemas de exploração e opressão de uma classe sobre outras. Tornou-se comum chamar a essa sociedade de “socialista”.

No entanto, como vimos, para alcançar uma sociedade desse tipo, é essencial que as forças produtivas (meios de produção e forças de trabalho) estejam altamente desenvolvidas do ponto de vista científico e tecnológico. Olhando o mundo, apenas alguns poucos países do mundo (Estados Unidos, Alemanha, Japão, Inglaterra, França, Suécia, Noruega, Dinamarca e Finlândia) alcançaram tal nível. Os demais, em todos os continentes, encontram-se atrasados ou retardados nesse caminho.

Durante o século 20, essa situação colocou os partidos de trabalhadores, operários, socialistas, comunistas, diante de um cenário inusitado no caso de conquistarem o poder antes que aquele desenvolvimento científico e tecnológico das forças produtivas tivesse alcançado o nível que permitisse a libertação real dos trabalhadores. O socialismo tentado na União Soviética, leste europeu, China, Cuba, Vietnã e Coréia do Norte, ao contrário, teve que partir de forças produtivas extremamente atrasadas. E, durante algumas décadas, esse socialismo supôs que o Estado seria capaz de fazer com que as forças produtivas se desenvolvessem através do apelo ideológico e político aos trabalhadores para que continuassem trabalhando obrigatoriamente para sobreviver.

Os lemas principais desse socialismo de forças produtivas atrasadas eram “quem não trabalha não come”, “de cada um segundo sua capacidade” e, “a cada um segundo seu trabalho”. Que diferença essencial existia entre aqueles lemas “socialistas” e os lemas ca-

pitalistas? Talvez apenas o fato do Estado ser o empregador quase absoluto, assim como o esforço, inexistente no capitalismo, de manter o pleno emprego. No mais, o trabalhador continuava obrigado a trabalhar para sobreviver.

Além disso, a vida mostrou que o Estado socialista não conseguia desenvolver as forças produtivas no mesmo ritmo do capitalismo. O que corroborava a tese de Marx de que nenhuma formação social consegue superar a anterior antes que esta tenha desenvolvido todas as suas tarefas históricas. Desenvolver as forças produtivas a um nível científico e tecnológico altamente desenvolvido, criando as condições materiais e culturais para sua própria superação, com o estabelecimento da propriedade social sobre os meios de produção, era justamente a tarefa histórica que Marx havia descoberto ao estudar o capital.

Nessas condições, a experiência de construção socialista em países atrasados do ponto de vista capitalista demonstrou que o socialismo deve ser apenas um sistema de transição entre o capitalismo e o comunismo, no qual cooperarem e conflitem a propriedade privada e a propriedade social, o Estado e a sociedade civil, o planejamento estatal e o mercado, os trabalhadores assalariados e os proprietários estatais e capitalistas, enquanto as forças produtivas ainda não permitirem libertar o homem do trabalho obrigatório.

Isso não deveria ser novidade. Sociedades de transição ocorreram na história das sociedades humanas, em diferentes épocas. O patriarcado marcou a transição complexa do comunismo primitivo para o escravismo; diferentes formas de clientelismo marcaram a transição do escravismo para o feudalismo; e diferentes formas de mercantilismo marcaram a transição do feudalismo para o capitalismo. Em várias regiões do mundo, as transições sofreram retrocessos momentâneos, e seus povos só retomando seu curso séculos depois. Nas experiências socialistas, que tiveram início há apenas quase um século, o mesmo vem ocorrendo e pode voltar a ocorrer.

De qualquer forma, no caso do Brasil e outros países em que as forças produtivas estão atrasadas em relação aos países capitalistas

avançados, o socialismo é o objetivo estratégico. É este objetivo que o PT terá que abraçar com mais vigor se quiser continuar representando os interesses da classe dos trabalhadores assalariados.

Em termos gerais, a estratégia de luta pelo socialismo, tanto no Brasil quanto em outros países de pequeno e médio desenvolvimento capitalista, envolve, portanto, basicamente, o papel do Estado. Ou melhor dizendo, a configuração de um Estado cujos instrumentos econômicos, sociais e políticos estabeleçam relações com o mercado (empresas capitalistas, preços, comércio internacional) tendo em vista tanto o desenvolvimento das forças produtivas, quanto a constante melhoria do padrão de vida do conjunto da população, em especial de sua classe trabalhadora.

Em outras palavras, trata-se de ter um Estado de natureza socialista, mas um mercado com diferentes tipos de propriedade, inclusive capitalistas. Esse Estado deve ser capaz de planejar o desenvolvimento macroeconômico de longo prazo, no sentido de desenvolver as forças produtivas científicas e tecnológicas. Para isso, deve manter a propriedade estatal sobre os setores estratégicos do desenvolvimento econômico, fazendo com que tais empresas atuem em igualdade de condições com as empresas privadas, de modo a evitar sua burocratização e fazer com que elas conquistem a condição de concorrer com vantagem com as empresas privadas, e de atuem como instrumentos de orientação do desenvolvimento geral e de correção dos desvios e do caos do mercado.

Esse Estado também deve ser capaz de planejar o desenvolvimento social, superando os Estados de Bem-Estar Social, tentados pela socialdemocracia europeia, no processo de redistribuição de renda, evitando grandes disparidades e desigualdades de riqueza, e fomentando a elevação do padrão de vida (educacional, cultural, de saúde, moradia, transportes, lazer e meio ambiente) do conjunto da população. E deve ampliar a participação política dos trabalhadores e das camadas populares nos diversos mecanismos democráticos do Estado.

Nesse sentido, durante um bom período, foi essa preocupação com a participação democrática no Estado que representou a prin-

cial abordagem do PT sobre o socialismo. O PT sempre se preocupou em ser “socialista democrático”. No entanto, se preocupou muito pouco com o fato de que a democracia só pode ter consistência se a classe trabalhadora tiver força social e força econômica. Nenhuma classe na história conseguiu ter força política capaz de conquistar e manter o poder sem antes haver conseguido ter força social e econômica. No caso da classe dos trabalhadores, se essa classe não constituir a parcela majoritária da sociedade e, alcançado o poder, não construir uma força econômica poderosa, dificilmente conseguirá emplacar uma democracia participativa.

No caso do Brasil, para fazer com que a classe dos trabalhadores assalariados constitua a parcela majoritária da sociedade, é indispensável retomar a industrialização, que foi desbaratada e sucateada pelos anos de predomínio neoliberal. Esse é o primeiro passo para recompor a força social da classe operária e lhe dar condições de ter um papel destacado na luta de classes.

Ao mesmo tempo, será preciso lutar para que as empresas estatais, com direções qualificadas, incluindo a participação dos trabalhadores, tenham um papel impulsionador na industrialização dos setores estratégicos da economia e na democratização da concorrência capitalista, na quebra dos monopólios privados e públicos, na conformação de uma grande fração de pequenos e médios capitalistas, e no desenvolvimento científico e tecnológico. Paralelamente, deve-se criar um ambiente propício ao desenvolvimento de empresas de economia solidária ou cooperativa. Tudo isso contribuindo para aumentar a força econômica das classes trabalhadoras.

Esses aspectos da luta de classes pelo socialismo não têm constado das discussões do PT, ou têm constado assessorialmente. Essa é uma dívida que o PT tem em aberto com a estratégia socialista.

Noções de estratégia: programa

Para pagar a dívida explicitada acima, não basta ao PT dizer que é socialista, que pretende construí-lo de baixo para cima, que luta por um socialismo democrático, e outras pérolas a respeito. Mesmo porque um partido político não se define pelo que diz ou pelo que acha de si mesmo, mas por sua prática, ou por sua obra. Prática e obra que não se restringem ao que fez, ou deixou de fazer, mas principalmente pelo que está fazendo e pelo que pretende fazer praticamente.

Em outras palavras, a estratégia socialista precisa se expressar num *programa* que leve em conta a realidade e os problemas concretos enfrentados pelas classes trabalhadoras e pela sociedade brasileira em que o partido vive e luta. Um *programa* que, em primeiro lugar, apresente um diagnóstico preciso da sociedade civil, compreendendo: estágio de desenvolvimento das forças produtivas, ou de acumulação do capital; nível de concentração e centralização desse capital, e de independência ou dependência em relação aos capitais externos; formas assumidas pelas relações de produção; classes sociais presentes, e características e peso de cada uma na população total (correlação social de forças); problemas das classes sociais e formas de luta e de organização de cada uma para solucionar tais problemas; formas de organização e atuação do Estado, e participação e/ou relacionamento de cada classe social nele e/ou com ele (correlação política de forças).

Um *programa* que, em segundo lugar, aponte soluções para os problemas detectados no diagnóstico da realidade existente e, com base no histórico das lutas de classe e das formas de organização adotadas por essas lutas, indique as possíveis formas através das quais o programa poderá concretizar-se.

Em geral, tem havido um diagnóstico genérico sobre a sociedade brasileira: ela seria capitalista, marcada por grande dependência externa, grande desigualdade social e pouca democracia. Essas três características, porém, embora sejam verdadeiras, nos dão poucas indicações sobre sua formação histórica, sobre como foi alcançado o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, e sobre como se formaram as atuais classes em luta.

Geralmente falando, mal se sabe que o território que hoje chamamos Brasil foi invadido pelos mercantilistas europeus a partir do início do século 16, que estruturaram um sistema de exploração colonial, tendo por base o trabalho escravo, inicialmente para a produção açucareira, no Nordeste, e a extração de “drogas do sertão”, no Norte. A produção açucareira propiciou, como subprodutos de seu sistema, a formação de uma ciranda de caçadores e traficantes de escravos, no Sudeste, e a criação de fazendas de gado no sertão nordestino e nos pampas sulistas, fazendas que tinham por base o trabalho de agregação. Mais tarde, o trabalho escravo foi ainda a base para a exploração das minas de ouro e de diamantes, que contribuíram de forma decisiva para a acumulação originária do capital na Europa e, no Brasil, para o florescimento da cultura cafeeira e da pecuária no Sudeste.

Com isso, o centro da economia e da política da Colônia e, logo depois, do Reino (com a fuga do Imperador português para a Colônia), e do novo Império (com a proclamação da Independência), transferiu-se do Nordeste para o Sudeste. Apesar dessas mudanças econômicas e políticas, a dependência colonial apenas se tornou semicolonial, a divisão social escravocrata se manteve, com suas desigualdades econômicas, sociais, culturais e políticas, e o poder absolutista e oligárquico sobre o povo em formação continuou como antes.

Apenas na segunda década do século 20, portanto mais de 400 anos após a ocupação portuguesa do território ocidental sul-americano, e mais de 200 anos após haver emergido na Europa, o capitalismo começou a engatinhar no Brasil, com os investimentos de setores latifundiários em indústrias que pudessem suprir os produtos

que deixaram de ser importados pelo Brasil em virtude da primeira guerra mundial. Às classes remanescentes da abolição do escravismo (latifundiários, camponeses agregados, burguesia comercial e traficante, pequena-burguesia urbana, e trabalhadores de comércios e serviços) juntou-se uma diminuta classe burguesa industrial e uma também diminuta classe operária industrial, sem que isso representasse qualquer mudança na superestrutura da sociedade.

No entanto, tão logo terminou a guerra, a concorrência estrangeira fez de tudo para sufocar ou subordinar a indústria e a burguesia nascentes, embora estas fossem filhas legítimas de setores latifundiários. Para evitar isso, foi preciso: a revolução liberal para derubar a hegemonia da oligarquia cafeeira; o medo do comunismo (transformado, nos anos 1920, de fantasma em realidade pela revolução russa); os preparativos de uma nova guerra mundial (nos anos 1930); e um projeto industrializante autônomo, tendo como orientador o Estado.

Esse projeto foi modificado, a partir dos anos 1950, no contexto em que o capitalismo desenvolvido precisava exportar capitais. Perdeu sua autonomia e foi patrocinado por investimentos externos, intensificando a subordinação econômica e política aos interesses externos, em especial aos norte-americanos. De qualquer modo, com ele, em menos de 30 anos o Brasil se tornou uma das 10 principais economias mundiais.

Do ponto de vista social, os latifundiários foram transformados numa fração agrária da classe burguesa. Esta também era integrada pelos representantes das burguesias estrangeiras com empresas implantadas no solo brasileiro, e pelas outras frações (industriais, financeiras, comerciais e de serviços) da burguesia brasileira. A velha subordinação foi intensificada através da constituição de diferentes elos entre as frações burguesas brasileiras e as burguesias das potências estrangeiras.

Assim, em termos gerais, a origem e o desenvolvimento da burguesia brasileira, ao contrário do que ocorreu com diversas outras burguesias ao redor do mundo, lhe imprimiu um caráter conserva-

dor e tendencialmente reacionário, subordinado e tendencialmente colonizado, monopolista e extremamente elitista. Esse caráter da burguesia brasileira exerce influência sobre setores da extensa pequena-burguesia urbana e rural, que emergiu e foi ampliada com o desenvolvimento capitalista da segunda metade do século 20. Como tal desenvolvimento também age como uma máquina de expropriação sobre esses setores sociais intermediários, isso pode explicar tanto as tendências antidemocráticas, ditatoriais e elitistas da burguesia e de parcelas consideráveis da pequena-burguesia, quanto os movimentos pendulares da pequena-burguesia da direita para a esquerda, e vice-versa.

O desenvolvimento capitalista também proporcionou a conformação de uma maioria totalmente desprovida da propriedade de meios de produção e obrigada a vender sua força de trabalho, em especial durante os anos 1960 e 1970. Milhões de antigos agregados dos latifúndios foram expulsos dos campos e expropriados de seus pequenos meios de produção, passando a fazer parte do exército de força de trabalho industrial, comercial e de serviços, enquanto uma parcela pequena se manteve como camponesa minifundiária, e outra se tornou assalariada rural. Foi essa nova classe trabalhadora que, no final dos anos 1970, com suas lutas, contribuiu decisivamente para criar um novo sindicalismo, fundar o PT, dar fim ao regime ditatorial, e exigir uma democratização mais consistente da sociedade brasileira.

No entanto, a crise econômica que se abateu sobre o Brasil, a partir de meados dos anos 1970, e se estendeu até o final o início dos anos 2000, criou barreiras ao desenvolvimento capitalista e ao crescimento da classe trabalhadora, em especial de sua fração operária industrial. Conformou-se, com isso, uma grande força de trabalho excedente, sem acesso à educação, ao trabalho, e aos serviços sociais. Na prática, quase se constituiu como uma classe “excluída”, que sobrevive de migalhas e de atividades antissociais, habitando nas periferias ou morros das grandes e médias cidades. Em certo sentido, essa situação agravou o quadro de desigualdades que sempre marcou o Brasil.

Tal desigualdade social quase sempre se expressou na divisão polarizada da propriedade, embora misturada com outros tipos de desigualdade, como a racial, de gênero, de renda. Primeiro, como vimos, racial e economicamente, entre os sesmeiros colonizadores e os indígenas caçados no próprio território, mais os africanos trazidos à força para o trabalho cativo, embora fosse possível encontrar setores sociais intermediários entre esses polos. Com a abolição do escravismo, a desigualdade continuou polarizada entre os latifundiários e seus agregados, mas os setores intermediários urbanos haviam crescido e as desigualdades se expressassem de forma mais difusa nessas áreas.

O desenvolvimento capitalista da primeira metade do século 20 implantou uma nova polaridade e novas desigualdades nos meios urbanos, especialmente entre os donos do capital e os trabalhadores assalariados. Portanto, passou a haver no Brasil duas grandes desigualdades polarizadas: a que contrapunha os agregados do campo aos latifundiários, e a que contrapunha os assalariados urbanos aos burgueses. No meio dessas desigualdades coexistiam aquelas que antepunham os pequenos e médios camponeses proprietários tanto aos latifundiários quanto aos demais trabalhadores, assim como as que diferenciavam a pequena-burguesia urbana tanto da burguesia quanto dos assalariados.

Desde os anos 1960, com a transformação dos latifundiários em fração agrária da burguesia, as desigualdades estão polarizadas entre as burguesias estrangeira e brasileira, proprietárias dos meios de produção, circulação e distribuição, e possuidoras dos poderes econômico e político da sociedade, e as classes trabalhadoras assalariadas e excluídas. Desigualdades de diferentes tipos opõem a pequena-burguesia tanto à burguesia quanto à classe trabalhadora assalariada. Assim, embora a pobreza e a miséria sejam uma das principais expressões dessas desigualdades, elas não são as únicas, nem as principais.

Foi a subordinação que levou a burguesia brasileira a aceitar as condições neoliberais de inserção do Brasil na globalização capita-

lista dos anos 1980 e 1990. Essa inserção, por um lado, intensificou a concentração e a centralização do capital internamente, resultando na monopolização ou oligopolização de setores inteiros, a exemplo do financeiro, do automobilístico e da construção pesada. Por outro lado, devastou grande parte do parque industrial criado anteriormente, ao deixá-lo ser vendido para corporações transnacionais, que desativaram suas plantas e as realocalizaram em outros países ou regiões com forças de trabalho mais baratas.

Assim, a monopolização e a desnacionalização da economia brasileira são duas características atuais marcantes, com consequências danosas tanto no aspecto econômico, quando social e político da sociedade brasileira. Elas são impeditivas de qualquer reindustrialização, da interferência do Estado para aumentar a concorrência, e rebaixar os preços praticados. E procuram espriar e legalizar a terceirização, com o consequente rebaixamento dos salários e dos direitos trabalhistas.

Na indústria, exigem isenções na importação de componentes fabricados em outros países, ao mesmo tempo em que exigem desonerações fiscais, sem que isso lhes imponha a ampliação dos empregos e a redução dos preços. Nas finanças, elas procuram impor a ausência de qualquer regulamentação sobre a movimentação financeira e qualquer taxação sobre os lucros. Na agricultura, exigem financiamentos estatais a baixo custo, exportações desoneradas, e isenção de obrigações ambientais.

Dessa forma, a atual sociedade capitalista brasileira tem uma alta concentração e centralização do capital, e é composta por classes sociais distintas daquelas que estavam presentes nos primeiros 400 anos de história brasileira. Num período de pouco mais de 100 anos aquelas antigas classes ou setores sociais foram transformadas, embora tenham mantido algumas das características que marcaram as anteriores, como a subordinação, as desigualdades e a resistência à democratização.

São os problemas resenhados acima que devem estar incorporados no *programa* do PT de forma mais clara, tendo em vista tornar

a classe dos trabalhadores assalariados o carro chefe das mudanças demandadas, tanto na economia, quanto na política. Para resolvê-los, do ponto de vista econômico é preciso democratizar o capital, seja rompendo os sistemas monopólicos e oligopólicos, seja ampliando a participação das empresas estatais, públicas, e solidárias ou cooperadas. E, do ponto de vista político, é preciso democratizar o poder através da consolidação da representação política e da ampliação da participação popular nas instituições do poder.

Aparentemente, isso representa apenas um programa radicalmente democrático. Porém, na prática, a democratização econômica, social e política representa a socialização dessas esferas, em especial se o Estado estiver hegemônico pela classe trabalhadora assalariada e por seu partido. Significa, portanto, que a sociedade brasileira não teve um desenvolvimento capitalista que lhe proporcionasse as condições materiais para transitar com mais rapidez do capitalismo para o comunismo. E que a sociedade socialista de transição terá que conviver, por um tempo indeterminado, com formas de propriedade estatais e privadas, com planejamento e mercado, com classes diferenciadas, e com uma luta de classes que empurre a socialização da economia, da sociedade e da política de forma equilibrada.

Noções de estratégia: formas de luta e de organização

Um programa radicalmente democrático visa conquistar para a direção política da classe trabalhadora assalariada a adesão ativa dos trabalhadores excluídos, de grandes parcelas da pequena-burguesia e dividir a burguesia. Para isso, o PT deve estruturar-se no sentido de estar intimamente ligado às formas de luta e às formas de organização de cada uma dessas classes, em especial das classes trabalhadoras.

Para isso, em primeiro lugar deve levar em conta que formas de luta e de organização não são uma invenção de fora para dentro das classes. Em sua luta cotidiana pela sobrevivência, e no confronto com as demais classes da sociedade, todas elas criam suas próprias formas de lutar e de se organizar, formas que podem desaparecer e serem substituídas por outras, ou que podem evoluir e se desenvolver, além de combinar-se, dependendo do próprio processo de luta.

Por exemplo, no Brasil as primeiras formas de luta e de organização do nascente proletariado foram as associações mortuárias, através das quais os operários garantiam enterros dignos para seus filiados e se ajudavam mutuamente. As greves operárias e a organização sindical representaram um salto nesse processo. A organização de um partido comunista foi outro salto.

Durante a ditadura militar, em 1968 os operários de Osasco e Contagem realizaram greves memoráveis, mas não tiveram vulto maior. A classe operária de então estava sofrendo um intenso processo de transformação, com a inclusão de milhões de trabalhadores provenientes do campo e para os quais o ingresso no trabalho assalariado era um avanço. Esses novos trabalhadores precisavam de tem-

po para aprender, através da própria experiência, que tais salários representavam uma exploração, e que a organização e a disciplina fabril eram os grilhões que os atavam aos novos patrões urbanos. E que, além disso, o regime policial militar não admitia reclamações.

O aprendizado e o amadurecimento do proletariado de então teve que atravessar mais de uma década de pequenas lutas no chão das fábricas, a exemplo das “operações tartaruga”, a organização de comissões de controle de acidentes de trabalho, a formação de um novo sindicalismo, até poder se levantar em grandes greves pela “reposição salarial” que havia sido garfada pelos patrões, com o apoio da ditadura. No contexto de retirada estratégica dos militares do domínio político do país, essas greves ganharam um caráter político de confronto com o regime e foram decisivas para dar fim à ditadura.

Algo idêntico ocorreu com outros movimentos sociais, como o da luta contra o custo de vida. Na base da sociedade foram organizadas “comunidades” de diferentes tipos, grande parte delas sob o manto da religião. Nas áreas do campo, aproveitando-se da concessão da aposentadoria rural pela ditadura, que institucionalizava os sindicatos de trabalhadores rurais como órgãos de cadastramento dos aposentados, muitas dessas “organizações comunitárias” transformaram-se em instrumentos de organização de sindicatos de trabalhadores nos municípios do interior do país.

Generalizando, as formas de luta e de organização surgem e evoluem naturalmente no cotidiano das classes, ai se entendendo a conquista da consciência de seus próprios problemas, a busca conjunta de solução para eles, os embates, mesmo pequenos, com as classes e seus representantes políticos, e as concessões ou oposições que encontram pela frente. A tomada de consciência dos próprios problemas é, quase sempre, o primeiro passo para a luta e para a organização. Milhões de trabalhadores passam inúmeras dificuldades, mas as consideram partes de sua vida. Nasceram com elas e sua perspectiva alienada é morrer com elas.

No dia em que se dão conta de que tais dificuldades são um problema, gerado por condições externas a eles, e que poderiam ser

resolvidos, isso representa um salto na consciência e nas condições para a luta e para a organização. Nesse sentido, os partidos que se preocupam em manter laços estreitos com os trabalhadores na base da sociedade ganharam a experiência de realizar encontros e reuniões de queixas com parcelas dessa base, de modo a estimular a descoberta dos seus problemas.

Essa relação permanente com as diferentes parcelas da base da sociedade, nos seus locais de trabalho e de moradia, é condição primordial para saber medir tanto os problemas que as afligem, quanto suas possibilidades de luta e de organização. E medir, também, em que grau a difusão do programa estratégico pode contribuir para elevar a consciência e contribuir para níveis mais elevados de luta e de organização, evitando, ao mesmo tempo, posições aquém ou além do que os trabalhadores são capazes de alcançar.

Na fase final do regime militar, com a decretação da anistia política, o retorno dos exilados políticos, a continuidade das lutas operárias e democráticas, várias correntes políticas avaliaram que o Brasil estava vivendo uma “situação revolucionária”. Em outras palavras, a ditadura não mais conseguia manter o seu regime, e as grandes massas do povo não suportavam mais viver como até então. Acharam, pois, que deveriam preparar-se urgentemente para a revolução inevitável.

Sua falta de ligação com a realidade da ditadura não os deixou enxergar que os militares estavam em retirada estratégica mais ou menos organizada, e que não iriam mais opor-se ao retorno dos civis ao poder. E sua falta de ligação com as camadas populares não os deixou perceber que elas estavam aproveitando a retirada dos militares para ganhar posições na nova luta democrática que se descortinava, o principal exemplo disso sendo a fundação do PT, tendo à frente os novos sindicalistas. Portanto, as novas formas de luta e de organização tendiam a ser tanto as econômicas e sociais, quanto as político-institucionais.

Em outras palavras, a questão das formas de luta e de organização engloba e combina uma série de degraus que vai da base da so-

cidade até o Estado, ou melhor, das lutas do cotidiano até as lutas pela conquista do poder de Estado. Para os partidos socialistas como o PT, todas estão em relação intrínseca e a possível existência de vácuos, ou da falta de ligação dos petistas com algumas delas pode representar uma fraqueza estratégica. Exemplo disso foram as manifestações de junho de 2013, que apanharam a maior parte do PT de surpresa, tornando evidentes sua perda de ligação e contato com grandes parcelas da população.

Esse exemplo também trouxe à tona a questão das formas de organização e de luta interna no PT. O partido, na prática, abandonou sua organização nuclear de base e a substituiu por “representações” dos mandatos parlamentares, ligados apenas às preocupações de seus eleitores e desligados das grandes massas da população. Inúmeros militantes que passaram a trabalhar em governos dirigidos pelo PT também deixaram de ter organismos partidários aos quais deveriam reportar-se e discutir sua atividade.

Paralelamente a isso, a suposta “democratização” das eleições partidárias desmanchou os núcleos e diretórios como órgãos de debate ideológico, político e teórico. Nessas condições, a formação ideológica e política se tornou um acessório desnecessário para a constituição das direções partidárias. E, quanto mais o PT ganhou espaço na via institucional, sugando quadros para parlamentos e governos, mais a estrutura organizacional do PT se estiolou.

Numa situação como essa, a adesão de oportunistas de todo tipo se tornou sem controle e inevitável, introduzindo problemas relacionados principalmente com as formas de organização e atuação do Estado.

Noções de estratégia: formas de organização e atuação no Estado

O Estado, como instrumento de coerção sobre a população e de defesa contra intrusões externas, foi instalado no Brasil antes da existência do povo brasileiro. Inicialmente representando a monarquia portuguesa, o aparato de Estado instalado no Brasil desempenhou papel importante na escravização e dizimação das populações originárias, no controle do tráfico de escravos, na garantia de que o açúcar aqui produzido fosse enviado para a metrópole portuguesa, na expansão do domínio português além dos limites ocidentais do Tratado de Tordesilhas, e na defesa do território contra as incursões e tentativas de colonização de outras potências europeias, em especial francesas e holandesas.

Cerca de 250 anos depois da “descoberta”, esse Estado também jogou papel importante na unificação linguística da colônia, proibindo o nhengatu, impondo a língua portuguesa e unificando as províncias sob um aparato estatal único. E garantindo que o ouro e os diamantes aqui produzidos fossem religiosamente enviados para Lisboa.

No início do século 19, com a fuga da coroa portuguesa para a colônia e o surgimento do reino de Portugal e Brasil, a estrutura do Estado monárquico foi reforçada pela conformação de uma crescente nobreza “brasileira” que reunia grandes latifundiários escravistas e traficantes de escravos. Ao mesmo tempo, o monopólio português sobre a produção das riquezas agrícolas e minerais brasileiras cedeu espaço para o quase monopólio inglês, incentivando a independência dessa nobreza nativa, concretizada em 1822.

Foi essa nobreza latifundiária e escravista que, com a ajuda da

cultura cafeeira e da pecuária, manteve o sistema de profunda desigualdade racial, econômica e social até quase o final do século, mas decidiu substituir a monarquia por uma república federada de oligarcas que, na prática, perdurou até 1945.

Dizendo de outro modo, mais de 150 anos após a revolução democrático-burguesa francesa, e após o segundo grande conflito mundial, o Brasil conheceu pela primeira vez em sua história de quase 450 anos, uma primavera democrática, e uma tentativa de introduzir elementos democráticos em seu Estado.

A dependência nacional ao imperialismo de então, especialmente ao norte-americano, aliado ao conservadorismo e reacionarismo das velhas e novas classes dominantes (latifundiária e burguesa), engajaram o Estado da Constituição de 1946 na Guerra Fria. O combate ao comunismo (no caso brasileiro, confundido com tudo que fosse reivindicação democrática), tornou-se a pedra de toque de manutenção das profundas desigualdades sociais que marcaram a sociedade e o Estado brasileiro desde a colônia, embora preservando os elementos formais de eleição entre os representantes das classes dominantes.

Nos mais de 50 anos seguintes, os graus de ampliação e/ou retração das liberdades democráticas variaram em função das lutas de classe e do desenvolvimento capitalista subordinado e dependente do país. E conheceram, durante mais de 20 anos, uma ditadura militar terrorista que se propunha a erradicar definitivamente qualquer tendência comunista ou socialista por ventura existente no Brasil.

O que é surpreendente, em particular de 1945 para a atualidade, é que todas as tentativas e períodos de endurecimento antidemocrático foram seguidos de períodos de ampliação da democratização, ou socialização, mais da política. Aos 20 anos da ditadura militar pós 1964, que pretendia liquidar com tudo que sequer parecesse com socialização, sucedeu um processo democrático liberal muito mais intenso do que todos os experimentados nos períodos anteriores, e de duração bem superior a todos, embora a participação popular ainda encontre obstáculos imensos para realizar-se.

É evidente que essa ampliação democrática não resolveu os problemas estruturais com os quais se debate a sociedade brasileira. Continuam a subordinação e dependência externa; a industrialização interrompida; a monopolização privada da propriedade territorial, agrária e urbana; a monopolização dos principais meios industriais de produção; a monopolização dos principais meios de comunicação; as profundas desigualdades econômicas e sociais; e um sistema político corrompido, que impede a participação social na política.

O impressionante é que, apesar da continuidade desses problemas estruturais, e também por causa deles, o presente surto de 30 anos de ampliação democrática permitiu não só a fundação de um novo partido socialista de massas, o PT, e sua ascensão, tendo à frente um líder operário, à presidência da república. Ou seja, após a primeira eleição presidencial realmente democrática da história brasileira, a de 1989, bastaram apenas 13 anos para que o PT, mesmo mantidas as regras de jogo da democracia liberal, fosse elevado a uma parcela do poder.

Um novo problema, surgido nos 13 anos em que o PT se manteve na chefia do governo federal, consiste em que parcelas importantes do partido perderam de vista que sua missão no governo deveria ser a execução de um programa de reformas que superasse ou, na pior das hipóteses, reduzisse substancialmente os problemas estruturais da sociedade brasileira.

Em outras palavras, falando afirmativamente, um programa que: ampliasse a soberania nacional e a inserção do Brasil no contexto mundial; retomasse a industrialização; democratizasse a propriedade territorial, agrária e urbana; democratizasse a propriedade dos meios industriais de produção e dos meios de comunicação; elevasse a renda e as condições de vida dos miseráveis e dos pobres, assim como de todos os trabalhadores; e reformasse o sistema político através da paulatina ampliação da participação popular e democrática nos órgãos do Estado.

As ações nesse sentido foram tímidas, embora aquelas referentes à ampliação da soberania nacional e à elevação da renda e das condi-

ções de vida dos miseráveis, dos pobres e dos trabalhadores tenham merecido uma atenção especial. Ao invés de aproveitar as condições internacionais favoráveis para atuar fortemente na realização das demais reformas democráticas e populares necessárias (industrialização e democratização das propriedades privadas e do sistema político), o PT no governo vacilou diante da resistência conservadora.

Não eliminou as regras econômicas neoliberais, ao manter elevados os juros, não administrar o câmbio, e manter metas fiscais de interesse dos rentistas. Não conseguiu resolver, através de uma política de investimentos agrícolas e industriais, a contradição inflacionária entre a pequena oferta de alimentos e bens de consumo corrente e a demanda desses produtos, que estimulava ao aumentar a renda dos mais pobres e dos trabalhadores. E, para piorar, sucumbiu ao canto das sereias das contribuições empresariais para as campanhas eleitorais.

Paralelamente a isso, grande parte dos membros do partido ocupando cargos no Estado também sucumbiu às benesses dessas posições. De reformadores da velha máxima burocrática legada pelo sistema colonial, de que servidores do Estado servem ao Estado e não ao povo, transformaram-se em paladinos modernos da continuidade desse sistema. Situação agravada por seu completo desligamento das massas da população e das bases do partido.

Esse desvio programático levaria, mais cedo ou mais tarde, a uma crise. Isso não só pelo distanciamento de parcela significativa do PT dos objetivos programáticos do partido, mas também pelo simples fato de que as classes dominantes brasileiras têm pavor à democracia e jamais confiaram que as bases sociais petistas se conformassem com aquele distanciamento. Assim, desde o início operaram no sentido de aproveitar-se dos erros e desvios dos petistas e alijá-los da pequena de poder que chegaram a ocupar.

Nessas condições, a experiência do PT no governo e no parlamento recoloca a necessidade de fazer com que os membros do partido designados para postos no Estado, de qualquer importância, sejam subordinados às instâncias partidárias específicas. Não pode

haver membro do partido que atue, ainda mais em nome do partido, fora e à revelia da instância a que pertence, ou deve pertencer. Além disso, não podem haver instâncias partidárias que descumpram o programa aprovado pelos encontros ou congressos.

Se, além de todos esses problemas, o programa não corresponder à realidade e às necessidades, o partido tem o dever de reconhecer que cometeu um erro e corrigi-lo. Há muita gente dentro do PT que não sabe como fazer isso. Acha que reconhecer um erro é dar armas aos inimigos e desmoralizar-se, quando o processo autocrítico é justamente o que legitima mais fortemente o partido diante de suas bases sociais e políticas e lhe permite evitar cometer erros idênticos no futuro. A crítica e a autocrítica são importantes instrumentos internos de correção de rumos e superação de crises.

Noções de estratégia: as táticas

Reverendo os itens acima sobre estratégia, vemos que ainda persistem dentro do PT diferentes visões sobre esse assunto. Isto é, sobre a definição dos inimigos principais e secundários, sobre as forças e os aliados fundamentais interessadas em modificar a sociedade, sobre os objetivos de longo prazo e o programa de luta, sobre as formas de luta e de organização principais, incluindo a estrutura de organização do partido.

Para piorar, um dos problemas mais difíceis relacionados com a estratégia, embora com uma independência relativa, consiste em definir como essas visões devem se materializar em políticas concretas relacionadas com cada momento da luta de classes. Ou seja, tendo em conta a correlação política real de forças, o grau de mobilização social e política, o nível de influência ideológica e política da burguesia sobre as camadas populares, e como esses fatores se articulam uns com os outros em cada momento, que políticas concretas devem ser levadas a cabo para mobilizar as forças populares, ampliar o número de aliados, acumular forças, dividir os inimigos, e isolar o inimigo principal.

Por exemplo, nos anos 1990 e início dos anos 2000, a luta contra o neoliberalismo, ou contra o desenvolvimentismo conservador, constituiu um dos aspectos importantes para conquistar milhões de pessoas para a luta social e política. No entanto, a rigor, essa luta não estava voltada para a superação do capitalismo e a implantação do socialismo. Ela constituía uma luta contra o capitalismo financeiro e monopolista e contra a dependência e esse capitalismo, mas não contra o capitalismo em geral. Em termos concretos, no final

do governo FHC, essa luta dividiu a burguesia, atraiu setores das frações produtivas do capital prejudicados pelas políticas neoliberais, e criou uma situação favorável para o apoio ou a neutralidade desses setores em relação à candidatura Lula.

A luta contra o neoliberalismo e contra o desenvolvimentismo conservador representou, naquele momento, um movimento tático indispensável para isolar o inimigo principal e acumular forças para a luta pelo programa estratégico. Olhando em perspectiva, a tática constitui, assim, uma flexão importante da estratégia em cada momento da luta. Sem táticas que permitam, repetimos, mobilizar as forças populares, ampliar o número de aliados, acumular forças, dividir os inimigos, e isolar o inimigo principal, não é possível avançar na direção dos objetivos estratégicos.

O mesmo pode ser dito em relação à participação nas disputas eleitorais, à ação parlamentar, ao exercício de governos, à atuação nos sindicatos e demais organizações e movimentos sociais e políticos de massa. Ela constitui ações táticas que têm em vista organizar a classe trabalhadora, organizar a maioria da sociedade, para que esta maioria alcance a capacidade de se autogovernar. No entanto, nem sempre essa relação entre as táticas e a estratégia é clara e é realizada de modo adequado. É comum a ocorrência de dois erros crassos, de consequências desastrosas para a estratégia.

O primeiro consiste em considerar que a estratégia não necessita de mediações táticas para atingir seus objetivos. A estratégia, por si mesma, sendo levada ao conhecimento das grandes massas do povo, seria capaz de construir um movimento político-cultural de massas, organizar os movimentos sociais e criar as condições para revolucionar a sociedade. Infelizmente, embora a experiência histórica tenha demonstrado que as correntes que praticam esse erro não conseguem elevar-se acima da condição de seitas, ou grupos sectários, muitas delas continuam insistindo nesse caminho.

O segundo consiste em subordinar tudo às táticas, desligando-as da estratégia. O PT tem inúmeros exemplos a respeito. Para algumas de suas correntes internas, a disputa por espaços institucionais

foi transformada de tática em estratégia. Para outras, a ascensão do PT ao governo federal faz dele governo de todo o povo, e não um governo voltado para reduzir a subordinação da economia à burguesia financeira e à burguesia transnacional, e para lutar por maior participação da propriedade estatal e pública na economia e na sociedade. Esse erro, denominado em geral de taticismo, é tão prejudicial quanto o erro dos grupos sectários porque desliga as táticas da estratégia.

Na prática, a estratégia só se efetiva através de inumeráveis movimentos táticos que levem à constituição de um poderoso movimento político cultural de massas capaz de superar a presente sociedade e libertá-la dos velhos hábitos, costumes, inércias e obediências que a caracterizam. Portanto, através de inúmeras táticas que mobilizem grandes massas contra a exploração salarial, a miséria, a pobreza, o trabalho escravo, o racismo, a homofobia, o machismo, o preconceito contra idosos, jovens e crianças, o individualismo, os monopólios econômicos, o monopólio da propriedade midiática etc etc e, paulatinamente ou não, coloquem em evidência a necessidade de mudar o sistema de poder político.

As táticas devem funcionar, portanto, em primeiro lugar, como mobilizadoras e como organizadoras dos níveis mais baixos de consciência e de organização dos trabalhadores e das camadas populares para níveis mais elevados. Por isso, o PT não deve se interessar apenas pela filiação de novos membros, mas também pela organização de todos os trabalhadores e camadas populares em sindicatos, grêmios, associações de bairro, e organizações de mulheres, negros, jovens, índios etc etc. É fundamental que a base da sociedade se auto-organize, e que lute, porque a classe dominante já está organizada para defender seus próprios interesses.

Em segundo lugar, as táticas devem ampliar o número de aliados do PT, em especial porque ele não é o único partido que busca defender os interesses da classe trabalhadora, nem é o único partido socialista, ou o único que critica o neoliberalismo e o desenvolvimentismo conservador. Ou seja, do ponto de vista social, além da-

queles que lutam numa perspectiva socialista, há outras classes e frações de classe que se sentem prejudicadas pelas políticas patrocinadas pelas frações financeira e monopolista da burguesia, a exemplo da pequena-burguesia urbana e rural, e de setores das frações industriais, comerciais e de serviços da burguesia, em especial de seus setores médios.

É evidente que será necessário, sempre, distinguir as alianças táticas das alianças estratégicas. Isto é, uma coisa são as alianças em torno de pontos imediatos comuns, a exemplo da redução dos juros, aumento dos investimentos industriais, mais investimentos na agricultura de alimentos para o mercado doméstico, melhores salários, redução da miséria, ampliação da educação e da saúde, investimentos na infraestrutura urbana etc etc. Outra coisa são as alianças quanto à necessidade do socialismo, embora no longo prazo essa distinção possa ser superada.

No entanto, o PT continua com dificuldades para construir um programa estratégico, e continuará com dificuldades para distinguir suas alianças estratégicas das suas alianças táticas. Talvez seja necessário, para estabelecer um caminho mais persistente e adequado à realidade da luta de classes no Brasil, acumular uma experiência prática maior do que a conseguida até agora, aliada a um esforço teórico muito mais consistente do que o conseguido até então.

Não por acaso os 13 anos de governos federais dirigidos pelo PT talvez representem a expressão mais evidente de um taticismo exacerbado. Por exemplo, devido a uma série de razões que precisam ser melhor avaliadas (a exemplo das condições externas favoráveis nos oito anos de governo Lula), foi possível adotar táticas de crescimento econômico através da melhoria das condições de vida das populações mais pobres (crescimento via aumento da demanda, ou do consumo).

Porém, essa melhoria, obtida graças aos esforços do governo petista, não é atribuída ao PT, ou aos governos encabeçados pelo PT, por grande parte da população. Esta a atribui tal melhoria ape-

nas a seu esforço pessoal. Isto tem um lado bom: é importante que as pessoas confiem em si mesmas e ninguém deve ficar grato por ter seus direitos. Mas tem um lado ruim: significa que parte das pessoas que melhoraram de vida, continuam culturalmente, politicamente, prisioneiras das mesmas forças políticas que querem que o povo não mude de vida, ou mesmo piore.

Isso acontece porque o PT abandonou suas relações políticas diretas com a base da sociedade, e se manteve preso à ideia de que o empresariado seria atraído a investir na produção pelo aumento do consumo. Esqueceu que manteve a política neoliberal de juros altos e que, ao animal empresário, vale mais a pena investir no ganho fácil do sistema financeiro do que no risco do sistema produtivo. Além disso, o PT não se empenhou como devia na reforma política, sucumbiu à miragem das contribuições financeiras empresariais, pouco fez para democratizar a propriedade dos meios de comunicação de massa, esmaeceu nos esforços de organização e mobilização das camadas populares, e desmanchou sua estrutura de organização interna.

Nessas condições, o PT pouco influiu para modificar a linha governamental do governo Dilma, deixando que se acumulassem fatores negativos para um desenvolvimento soberano com distribuição de renda. O resultado foi uma vitória difícil em 2014, acompanhada logo depois pela adoção de uma política econômica de viés neoliberal, e de uma crise sem precedentes no governo e no PT. Ao invés da possibilidade de adotar táticas ofensivas de acumulação de forças, divisão dos inimigos, e isolamento do inimigo principal, o PT se vê na contingência de ter que adotar táticas defensivas de preservação das próprias forças e despender esforços para retomar suas ligações com os trabalhadores e as camadas populares da população.

Já não basta dizer que o PT é um partido, um partido de trabalhadores, um partido socialista, democrático-popular e antineoliberal, que acumula forças no debate ideológico, na luta de massas, na luta institucional e que constrói a si mesmo. Para reafirmar tais qualidades com alguma chance de sucesso, ele precisará exorcizar

os fantasmas das contribuições empresariais, retomar de quase zero o debate ideológico, limpar suas fileiras dos oportunistas que aproveitaram a ascensão do partido aos governos em proveito próprio, reestruturar sua organização nuclear e seu funcionamento interno, e retomar o debate sobre sua estratégia, seu programa de lutas e de organização, e suas táticas, no contexto de uma brutal ofensiva conservadora e reacionária, que inclui agressões e atentados.

Isso não significa que será necessário abandonar o objetivo de ser um partido de milhões de filiados e quadros. É preciso continuar querendo ter milhões de pessoas conscientes, com formação política, organizadas em núcleos de base e diretórios intermediários e superiores. É preciso ter meios de comunicação internos e externos, que interajam com o restante da sociedade. E, pretendendo que o PT expresse os interesses da classe trabalhadora e, em seu funcionamento interno, tenha eleições periódicas, liberdade de opinião e de organização de tendências.

No entanto, será preciso levar em conta que estamos num momento muito especial da vida do Brasil, da América Latina e do mundo. No mundo há uma enorme crise, uma crise do capitalismo, combinada com grandes transformações: uma potência ainda poderosa, mas que vai perdendo espaço; e novos polos de poder que vão emergindo, entre eles o próprio Brasil e nosso continente. No Brasil, vivemos não somente as ondas da crise mundial do capitalismo, mas também o resultado dos erros cometidos, tanto na aplicação de métodos próprios da burguesia, quanto na adoção de táticas incorretas de desenvolvimento. Estas, ao invés de combinarem investimentos e consumo, e adotarem políticas de democratização da propriedade, mantiveram uma miscelânea de políticas neoliberais com pitadas de crescimento exclusivamente via consumo.

Possível necessidade de uma retirada estratégica

Retiradas estratégicas, tanto militares quanto políticas, ou numa combinação das duas, ocorrem quando um exército, ou um partido, ou ambos, sofre uma derrota profunda. Ele se vê, então, obrigado a recolher-se a uma área favorável para pensar as feridas e os erros cometidos, e estabelecer uma nova estratégia, um novo programa e novas táticas para evitar ser totalmente aniquilado, para recuperar suas forças, deter a ofensiva inimiga, e passar à contraofensiva.

Há inúmeros exemplos históricos de retiradas estratégicas, tanto exitosas, quanto fracassadas. Por exemplo, a praticada por Kutuzov contra Napoleão, na batalha de Borodino, em 1812, levou os exércitos franceses a mergulharem nas estepes arrasadas e tomarem uma Moscou sem habitantes e sem condições de sobrevivência. O que os obrigou a praticar uma retirada estratégica no sentido contrário, fustigada pelo inverno e por grupos guerrilheiros por todos os flancos. Enquanto a retirada de Kutusov preservou o exército russo, mesmo havendo entregue territórios e a capital do império, a de Napoleão deixou seu exército quase totalmente aniquilado e criou as condições para a derrocada política e militar francesa.

Outro exemplo: após a tentativa fracassada do levante militar de 1935, o PCB foi quase totalmente aniquilado. Um grupo de quadros intermediários, formado tanto por alguns que haviam escapado da repressão policial da ditadura Vargas, quanto por outros que haviam fugido das prisões a que estavam recolhidos, constituíram uma comissão nacional de organização provisória.

Essa comissão estabeleceu uma política de organização de fingir-se de morto, evitar agitações em nome do partido, e dar priori-

dade à retomada das ligações com as bases trabalhadoras. Além disso, definiu um programa político que tinha como eixo a frente única antifascista, a mobilização massiva contra o torpedeamento de navios brasileiros pelos submarinos nazistas, e o apoio à organização de uma força expedicionária para participar do esforço de guerra para derrotar o nazismo. Essa retirada estratégica, que combinava uma ação organizativa silenciosa com uma ação de massa ampla contra o nazifascismo, permitiu ao PCB reconstruir sua força política numa escala superior a que tinha antes e, em 1945, emergir como um partido de massas.

Outra retirada estratégica famosa é o da Longa Marcha promovida pelo PC da China após sua derrota contra a quinta campanha de cerco e aniquilamento do Guomindang contra suas bases guerrilheiras no sul do país. Em plena retirada, esse partido realizou uma conferência extraordinária para reorganizar sua direção política e militar, definir a guerra de guerrilhas e a guerra de movimento como as formas estratégicas militares a serem observadas, e a frente única contra o Japão como a estratégia política, o que incluía ocupar a linha de frente de enfrentamento contra a inevitável invasão japonesa, no Norte do país, dar fim à guerra civil contra o Guomindang, e aliar-se a esse partido para a guerra conjunta contra as tropas japonesas.

Em resumo, retiradas estratégicas são movimentos resultantes de uma situação de crise, em geral causada por uma derrota profunda, que apresentam tanto o perigo do aniquilamento quanto a possibilidade de esperanças e oportunidades. E tais observações são pertinentes ao PT se se leva na devida conta o momento crítico e perigoso que ele atravessa, apesar de uma parte de seus dirigentes parecerem abúlicos diante das ameaças que cercam o partido.

Essa situação ameaçadora comporta os seguintes componentes: a) o PT está acuado pelo envolvimento de alguns dirigentes e militantes com a recepção de contribuições financeiras de empresas privadas, com o agravante de alguns desses recursos serem provenientes de recursos obtidos de forma fraudulenta pelas empresas privadas; b) o PT também está acuado diante da ofensiva conservadora e reacionária da maioria do Congresso Nacional, que visa reduzir di-

reitos democráticos e afastar a possibilidade de participação popular nos órgãos do Estado; c) o PT se vê ainda acuado pela ofensiva desmoralizante da política, levada a cabo não só por parte da grande mídia, mas também por parte de setores do próprio Estado; d) e, na prática, o PT perdeu qualquer relevância prática na condução do governo Dilma porque seus representantes no governo agem como baratas tontas, e não se colocam firmemente contra o desastroso plano de ajuste neoliberal em curso.

Em adição a essa situação de animal acuado, a militância combativa do PT está paralisada pela inação da atual direção partidária, que abandonou qualquer linha estratégica, não tem programa de luta, nem tem táticas. Num quadro como esse não será surpresa se o movimento de impeachment contra a presidenta Dilma se concretizar ainda em 2015, e se o processo de desmoralização e de ataques ao partido alcançar um novo auge, incluindo novos atentados terroristas a sedes e dirigentes petistas.

A rigor, já seria o momento de colocar em execução uma retirada estratégica organizada, através de um encontro extraordinário que reorganizasse sua direção e traçasse uma estratégia de defesa e reestruturação do partido. No entanto, a atual direção está cega diante do que está realmente ocorrendo e talvez o PT, ou o que sobrar dele, só consiga pensar e executar a retirada estratégica depois que o desastre se consumir.

Em termos prospectivos, tal retirada precisaria, em primeiro lugar, realizar um balanço do que sobrou e estabelecer uma estratégia mais de médio prazo, simplesmente porque a ofensiva conservadora e reacionária, baseada numa política econômica neoliberal, tenderá a agravar rapidamente as contradições estruturais da sociedade brasileira. Portanto, o que tiver sobrado de direção e militância precisará ser reorganizada rapidamente, de modo a retomar a ligação com suas bases sociais nas classes trabalhadoras e nos setores intermediários da sociedade.

Paralelamente será necessário levar a cabo uma avaliação racional da experiência de mais de 30 anos de vida do PT, tanto em sua

relação com os movimentos sociais, quanto em sua ação institucional nos parlamentos e nos governos. O critério básico para tal avaliação necessita ser a prática e seus resultados objetivos, o que inclui o grau de percepção teórica, ou de formação ideológica e política, alcançado pelo PT em sua análise da realidade brasileira.

Com base na situação já existente no PT, não é tão difícil adiantar que o partido precisará realizar um esforço sério de formação teórica (especialmente em história, filosofia, economia política, e política) para estabelecer uma justa relação entre a prática e a teoria. Esta só pode ser gerada a partir da análise da prática, que é dinâmica. Portanto, a teoria precisa voltar constantemente à prática para ser testada, comprovada e corrigida.

Por outro lado, sem haver alcançado certo nível de cultura e de conhecimentos científicos não é possível utilizar a teoria como instrumento de análise da realidade. No processo de recuperação do PT será necessário um esforço concentrado para elevar o nível de leitura e de estudo dos dirigentes e militantes, e elevar a um alto nível os programas permanentes de formação ideológica e política.

Será necessário um esforço especial para entender a relação entre o desenvolvimento capitalista e o socialismo, entre o desenvolvimento natural das contradições de classe e a ação revolucionária consciente. Isso, de modo a entender de forma científica o atual estágio de desenvolvimento capitalista no mundo e sua influência sobre o Brasil. Ou seja, de modo a entender o intrincado modo com que o capitalismo brasileiro interage com o capitalismo internacional, e extrair daí os elementos necessários para a elaboração de uma estratégia condizente com o momento histórico nacional e internacional.

Os problemas e desafios do atual desenvolvimento do capitalismo, no Brasil e no mundo, não podem mais ser achados na maioria dos autores do século XX. Os problemas e desafios desse desenvolvimento se tornaram, em seus aspectos principais, diferentes daqueles analisados na primeira metade do século XX e em boa parte da segunda metade desse século. O capital desenvolvido alcançou um estágio em que sua reprodução ampliada passou a depender,

cada vez, da exportação de capitais para regiões e países atrasados, onde seja possível arrancar um valor adicional que possa reverter a queda tendencial da taxa média de lucro.

Sem entender isso não é possível analisar a ofensiva do capital, em suas versões econômica, ideológica e política neoliberais, nem entender que tal ofensiva tende a agravar, ao invés de resolver, os problemas estruturais do capitalismo desenvolvido. Nesse sentido, a globalização capitalista, na busca por solucionar tais problemas, tende a agravá-los.

O mesmo ocorre, no campo político, com a ampliação dos círculos da democracia liberal, que tende a transformar massas apáticas em massas participantes, colocando em xeque o poder da burguesia sobre o Estado. Portanto, quanto mais a burguesia se vê constrangida a ampliar os círculos democráticos liberais, mais ela se vê obrigada a transformar a estratégia eleitoral num negócio empresarial, e mais ela estimula que os trabalhadores combinem de uma forma nova as estratégias e táticas eleitorais com a estratégia de luta pela conquista do poder de Estado.

Como sempre, a árvore da vida é mais forte que a teoria. Este momento de extrema confusão e debilidade, dentro e fora do PT, coincide com situações nacional e internacional bem mais complexas do que aquelas em que o PT foi guindado, com Lula, ao governo da república. Atualmente, a crise econômica interna, provocada por um keynesianismo insuficiente e um neoliberalismo renitente, coincide com um baixo nível de prestígio do partido, com a crise financeira e econômica dos Estados Unidos e da Europa, com uma queda acentuada da demanda internacional de matérias primas agrícolas e minerais, e com uma disputa acirrada entre a unipolaridade e a multipolaridade.

Em outras palavras, tenhamos consciência ou não, a questão que sempre se coloca é: mais ou menos socialismo? Isso num contexto em que as relações do socialismo com o capitalismo dependem do grau de desenvolvimento das forças produtivas, aí incluída a força social das classes populares. Se o PT não for capaz de elaborar as

teorias que o capacitem a tratar, seja estratégica, seja taticamente, as crises de crescimento do capitalismo e de desenvolvimento de um setor socialista, corre o risco de sequer se transformar num partido do sistema, como gostariam alguns de seus dirigentes.

A burguesia brasileira e a burguesia estrangeira aqui instalada não têm qualquer confiança que o PT possa desempenhar um papel semelhante ao da socialdemocracia europeia, que descambou para um neoliberalismo descarado. Sabem que o PT possui uma militância de raiz trabalhadora e popular que mais cedo ou mais tarde se insurgirá, como aliás já vem se insurgindo, contra um projeto desse tipo. Por isso, a estratégia dessas burguesias está voltada para desmoralizar e aniquilar o PT, na esperança de que um novo partido socialista de massa só venha a surgir daqui a 20 anos, ou mais.

Diante dessa perspectiva, quando mais cedo ocorrer uma retirada estratégica organizada, maiores serão as condições de superar os problemas com os quais se defronta o PT na atualidade.

Capítulo II

Bibliografia

Segundo ordem alfabética do sobrenome do autor.

- ALMEIDA, Jorge, CANCELLI, Vitória e VIEIRA, Maria Alice (Org.). **Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores**. Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998. 1a Reimpressão, 2000.
- AMARAL, Oswaldo E. do. **A estrela não é mais vermelha: as mudanças do programa petista nos anos 1990**. São Paulo: Garçonni, 2003.
- ANDERSON, Perry. **O Brasil de Lula**. Revista Novos Estudos. Novembro 2011.
- AZEVEDO, Clovis Bueno de. **Leninismo e socialdemocracia: uma investigação sobre o projeto político do Partido dos Trabalhadores** – (Dissertação de mestrado). São Paulo: USP/FFLCH, 1981. 253 f.
- BERBEL, M.R. **Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980)** – (Dissertação de mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.
- FURTADO, Olavo Henrique Pudenci. **Trajetos e perspectiva socialdemocratas: do modelo europeu para o PSDB e o PT no Brasil** – (Dissertação de mestrado). Campinas: Unicamp/IFCH, 1996. 158 f.
- DIRETÓRIO NACIONAL DO PT. **Estatuto: Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Editora FPA.

- GADOTTI, M.; PEREIRA, O. **Pra que PT: Origem, Projeto e Consolidação do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Cortez, 1989.
- KECK, Margareth E. **PT: a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1991.
- GUIMARÃES, Juarez Rocha. **Claro enigma: o PT e a tradição socialista** – (Dissertação de mestrado). Campinas: Universidade de Campinas, 1990.
- LEAL, Paulo Roberto Figueira. **O PT e o Dilema da Representação Política – Os deputados federais são representantes de quem?**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, ISBN 85-225-0502-0.
- MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido, 1979-1982**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- NACIF, Antônio; CAVALLI JR., José; ROCHA, Selma; ABRAMO, Zilah Wendel. **Modo Petista da Ação Parlamentar**. São Paulo: Editora FPA.
- OLIVEIRA, Francisco de. **O Ornitorrinco, posfácio a Crítica à Razão Dualista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- PARANÁ, Denise. **Lula: o Filho de Brasil**. São Paulo: Editora FPA.
- POMAR, Valter, (org). **Socialismo ou Barbárie: Documentos da Articulação de Esquerda**. São Paulo: Editora Viramundo, 2000.
- POMAR, Valter. **A Estrela na Janela**. São Paulo: Editora FPA, 2012.
- PROJETO MEMÓRIA. **Trajetórias: Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Editora FPA.
- PT Congresso: Manifesto de Fundação**. 1980.
- SINGER, André. **Raizes sociais e ideológicas do lulismo**. Revista *Novos Estudos CEBRAP* n° 85, novembro 2009.

SOUZA, Marco Antônio de. **Da esquerda revolucionária pré-64 ao PT: continuidades e rupturas** – (Dissertação de mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

VOIGT, Leo. **A formação do PT: esboço de reconstrução histórica** – (Dissertação de mestrado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990.